

Sarney elogia projeto de Arinos

Mas documento dos "notáveis" não deve ser encampado pelo Governo

GILBERTO ALVES



Sarney recebe de Arinos o anteprojeto da Constituição: 202 páginas e 14 meses de trabalho

Para Ulysses, mais "um subsídio"

O Deputado Ulysses, Guimarães advertiu, ontem, que a futura Assembleia Nacional Constituinte não é papel carbono para carimbar toda proposta que apareça, lembrando que ela poderá aceitar o anteprojeto de Constituição preparado pela comissão do professor Afonso Arinos como mais um subsídio.

Lembrou que, além do trabalho que a comissão presidida pelo ex-senador entregue ontem ao presidente Sarney, existem outras iniciativas que se transformaram em projetos de entidades e de categorias classistas. "Não sei qual o destino que o presi-

dente Sarney dará a essa proposta", disse, referindo-se ao trabalho da comissão Arinos.

GRANDE SERVIÇO

O deputado Fernando Lyra, ex-ministro da Justiça, disse ontem que a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, que entregou o seu trabalho ao presidente José Sarney, "já prestou um grande serviço à Constituinte", que foi manter acesso durante esse período o noticiário em torno do assunto.

Segundo o ex-ministro da Justiça, a comissão será uma referência muito im-

portante para a Assembleia Nacional Constituinte e, além disso, em alguns pontos fundamentais, "ela está sintonizada com a realidade brasileira quando avança no campo social e no campo econômico, principalmente".

"Eu acho que a comissão cumpriu o seu papel e me sinto plenamente gratificado por ter sido o incentivador de sua formação. Acho que o governo José Sarney está de parabéns porque conseguiu, sem dúvida, documento muito importante que será uma consulta permanente dos constituintes quando da instalação da Assembleia", disse Lyra.

Documento vai ampliar debate

O ex-ministro da Educação, Eduardo Portella, que coordenou o grupo de trabalho encarregado dos estudos relativos à educação, cultura e comunicação, da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, revelou, ontem, durante a entrega do documento final ao presidente José Sarney, que a preocupação maior das sugestões é a valorização dos aspectos sociais que envolvem as relações entre o estado e a sociedade.

Segundo Eduardo Portella, o trabalho procura identificar e oferecer sugestões aos principais problemas nacionais, como forma preliminar de indicação de caminhos à futura Assembleia Nacional Constituinte, a ser eleita em 15 de novembro.

PRIMEIRO PASSO

No entender de Eduardo Portella, a contribuição dada pela comissão deve ser vista como um esforço a mais no sentido do aprimoramento do processo de democratização do País e não como "uma camisa-de-força para os constituintes que poderão aceitar, ou não, os princípios e diretrizes fixados nas conclusões oferecidas à análise do Presidente da República".

— Este foi o primeiro passo destinado a estabelecer algumas premissas ao debate constitucional, enfocando com maior ênfase os problemas que envolvem a vida e o viver dos cidadãos brasileiros — disse.

Para Eduardo Portella, "a comissão não imagina ter produzido um documento definitivo, mas um texto introdutório à discussão da nova Carta Magna do País".

O ex-ministro da Educação, Eduardo Portella, que é também candidato a deputado federal pelo PMDB no Rio de Janeiro, afirmou que sua presença na Constituinte será marcada por um compromisso com os problemas sociais, aspecto que faz questão de destacar:

— Assumi o Ministério da Educação para lutar pela abertura. Era um instante fundamental, do qual não poderia me omitir. Anistiei os professores cassados pelos atos institucionais, revoguei as proibições existentes ao exercício das atividades estudantis e dei início à redemocratização do ensino.

ADAUTO CRUZ



Eduardo Portella

O presidente José Sarney recebeu ontem o anteprojeto da nova Constituição preparado pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, presidida pelo jurista Afonso Arinos de Mello Franco. O presidente Sarney aproveitou a oportunidade para reafirmar sua disposição de promover todas as mudanças prometidas pelo ex-presidente Tancredo Neves.

Para o presidente Sarney a proposta da comissão é um acervo de contribuições para a reflexão dos futuros integrantes da Assembleia Nacional Constituinte". O Presidente lembrou que neste ano a Constituição de 1946, considerada a mais democrática que o País já teve, completa 40 anos, e a comissão anterior foi presidida pelo pai de Afonso Arinos, o jurista Afrânio de Mello e Franco.

A obra do futuro, observou o presidente Sarney, é "o resultado do esforço de aprimoramento que temos de empreender no presente. Agora. E é isto que estamos fazendo quando, a pouco menos de dois meses do pleito de novembro recebemos esse documento tão importante".

Sarney ressaltou que o anteprojeto é a contribuição do Poder Executivo. Ele disse: "Só seremos uma grande democracia, no dia em que tivermos um pacto que, acima dos homens, das facções e dos partidos, faça de nossa estrutura

política a convivência pacífica de todos os brasileiros, regidos por instituições livres, estáveis, respeitáveis e duradouras".

Afonso Arinos, ao falar durante a solenidade, afirmou que a comissão era formada por brasileiros que "acreditamos com vigor e a esperança no futuro do País e na redenção do seu povo". Ele disse que os membros da comissão fizeram o melhor que puderam, e ressaltou que aceita as críticas bem intencionadas.

No final, o presidente Sarney condecorou Afonso Arinos com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito, como homenagem a todos os membros da comissão. Alguns membros não compareceram à solenidade, como Antônio Ermírio de Moraes, candidato do PTB ao governo de São Paulo, e Saulo Ramos, consultor-geral da República, que está no exterior. A comissão foi instituída através do Decreto 91.450, de 18 de julho de 1985.

Na solenidade compareceram os ministros Marco Maciel, do Gabinete Civil; Bayma Denys, do Gabinete Militar; Raphael de Almeida Magalhães, da Previdência e Assistência Social; Paulo Brossard, da Justiça; Deni Schawartz, do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente; Celso Furtado, da Cultura, além do ex-ministro da Justiça, Fernando Lyra.

Estudo cria problema

O que será feito com o anteprojeto da nova Constituição recebido ontem pelo presidente José Sarney? Esta é a maior preocupação do governo, porque o presidente Sarney não pode encaminhá-lo para a Assembleia Nacional Constituinte porque ela é soberana e não deve receber interferência do Poder Executivo. Esta foi a informação prestada pelo porta-voz da Presidência da República, Fernando César Mesquita.

Segundo o porta-voz, o presidente Sarney só pode encaminhar o projeto para a Assembleia Nacional Constituinte, que vai ser eleita em 15 de novembro, se os seus membros solicitarem. César negou que o presidente da futura ANC seja "convidado" a pedir o estudo, que tem 202 páginas, levou mais de um ano e dois meses para ser elaborado e custou mais de 3 milhões e 880 mil cruzados aos cofres públicos.

Apesar de não poder mandar para a ANC, o presidente Sarney vai mandar publicar o texto no Diário Oficial da União. Segundo Fernando César, esse é um procedimento normal, já que foi elaborado por uma

comissão nomeada por um decreto presidencial.

O presidente da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, Afonso Arinos de Mello Franco, afirmou durante a solenidade que "não reivindicamos nenhum tratamento, nenhum destino para o nosso trabalho, apenas defenderemos em qualquer preceito, quando nos parecer conveniente, a pureza de nossas intenções e a dedicação do nosso labor".

Arinos afirmou que o seu trabalho vai servir como documento de consulta. A sua posição foi endossada pelo porta-voz, pois a obra vai servir como "subsídio" para a Assembleia Nacional Constituinte.

Em entrevista, depois da solenidade, Arinos afirmou, um tanto áspero: "Eu não quero dizer ao Presidente o que ele tem que fazer com isso ou aquilo". O jurista disse também que não saberá qual será a receptividade do Congresso Nacional, mas lembrou que o governo tem a maioria dos parlamentares, através da Aliança Democrática, isso pode ajudar a que o projeto seja apoiado, mesmo parcialmente.

Propostas são polêmicas

Um anteprojeto de Constituição progressista cujo cumprimento, caso seja aprovado pela Assembleia Nacional Constituinte, será determinado por um processo de evolução social e não por decreto. Esta é a opinião do professor Afonso Arinos de Mello Franco — um "elitista de 200 anos", conforme ele próprio se intitula —, presidente da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, sobre o anteprojeto entregue ontem ao presidente José Sarney.

O projeto propõe a introdução de modificações substanciais no texto constitucional, em relação à Constituição vigente, em todo os setores da vida nacional. Mas talvez seja o capítulo referente ao ordenamento econômico que maior polêmica deverá causar. Setores defensores do capitalismo, mesmo dentro da comissão, já tiveram a oportunidade de manifestar com veemência seu descontentamento com as propostas aprovadas nessa área, alegando que elas privilegiam excessivamente o trabalho em detrimento do capital.

No capítulo referente à ordem social, a comissão avançou bastante e propôs,

no plano do Direito do Trabalho, a semana de 40 horas, a garantia de salários reais e justos e não apenas do mínimo capaz de satisfazer às necessidades normais do trabalhador e de sua família, reiterou a plena liberdade de associação profissional e sindical e reconheceu a plena amplitude do direito de greve.

A prioridade do direito a moradia é acolhida na proposta da comissão como implicando no direito de todos à casa em condições dignas e adequadas, capazes de preservarem a segurança e a intimidade pessoal e familiar.

No campo político-institucional, a comissão optou pelo sistema parlamentarista misto de governo. O Presidente da República, eleito diretamente, dividiria atribuições com um primeiro-ministro e chefiaria o Conselho de Ministros. Outra inovação no texto proposto é a introdução do sistema misto eleitoral, onde metade da representação do Legislativo seria eleita pelo critério majoritário, em distrito uninominal, concorrendo um candidato por partido, e metade através de listas partidárias.

Josaphat quer vitória com ajuda dos afoxés

MARIA DO RASARIO CAETANO
Enviada Especial

SALVADOR — Dois dos mais importantes afoxés baianos dão, hoje, em praça pública, seu apoio a Josaphat Marinho: os Filhos de Gandhi e o Ilê Aiyê. O apoio não será explícito, mas Djalma Conceição Passos, 49 anos, presidente do Gandhi e Antonio dos Santos, o Vovô, 34 anos, presidente do Ilê, estarão participando da primeira de uma série de atividades culturais de grande impacto, que integram a campanha da Aliança Democrática Progressista. A manifestação acontecerá hoje, sexta-feira, na Praça Castro Alves, e reunirá, no I Festival de Blocos e Afoxés, 15 entidades. A promoção é do comitê central de Josaphat, do Filhos de Gandhi e do Araketu, outro bloco arô tradicional na negra cidade de Salvador.

Conquistar o grande eleitorado negro de Salvador é um desafio para qualquer candidato. E quem parece atento a esta enorme fatia do eleitorado é a Aliança Democrática, que tem em Antonio Carlos Magalhães sua figura de proa. Embora Djalma Passos diga que o Filhos de Gandhi é uma entidade no comitê central de Josaphat Marinho, na barra.

Para o festival da noite de hoje, Djalma espera 5 mil espectadores, que se

somarão aos 800 follões dos 16 blocos inscritos. Cada agremiação (filhos de Gandhi, Ilê, Araketu, Muzenza, etc) se apresentará num espaço de cinco a 20 minutos e concorrerá a prêmios no valor de 20 mil, 15 mil e 10 mil (respectivamente 1º, 2º e 3º lugares).

O depoimento de Antonio C. dos Santos, o Vovô do Ilê Aiyê, causa espanto pela sinceridade e pelo pragmatismo. Ele conta que há "um segmento dos negros baianos, mais politizado, que quer fazer a cabeça do povão, convencendo-o que Waldir Pires é a única saída".

— De minha parte, avisa, não tenho compromisso com ninguém. Vou votar e motivar a comunidade de Ilê a votar em quem atender às nossas reivindicações.

Ninguém como Antonio Carlos Magalhães soube, ao longo dos últimos 20 anos, se aproximar das comunidades negras com tanta persistência. No enterro de Mãe Menininha, a mãe-de-santo mais famosa do País, ele chorou e foi aplaudido por muita gente. Sempre frequentou terreiros e ambientes de blocos afro e afoxés. Quem atesta isto é o poeta e ensaísta Antonio Risério, que está apoiando Waldir Pires. Diz Risério: "ACM é um mulato baiano, criado no melo, que sempre fugiu aos padrões oligárquicos, embora tenha criado, depois, sua própria oligarquia. Ele é

sincero quando chora no enterro de Mãe Menininha, gosta realmente de caruru, da lavagem do Bonfim, dos afoxés". Só se deve lamentar, arre-mata Risério, "O uso que ele faz destas manifestações religiosas e culturais. Para ele, xangô é seu cabo eleitoral".

A prova da onipresença de Antonio Carlos no selo das instituições negras da Bahia está em dois casos bem típicos. Ele é presidente de honra dos filhos de Ghandi e tem sua foto exposta na sede da Federação de Cultos Afro-brasileiros. Nesta entidade, o secretário Raimundo Henrique Pires, professor de Kicongo (língua africana) da UFBA, garante, com firmeza, que "a instituição é apartidária" e só se "preocupa com assuntos religiosos".

Com a chapa "a Bahia vai mudar" está Lino de Almeida coordenador do Conselho de Entidades Negras da Bahia, que reúne blocos, grupos de teatro, grupos de capoeira e instituições de representação política como o Movimento Negro Unificado.

Ele está empenhado na eleição de lideranças negras como a de Clarindo de Jesus, o Mestre Calah, da tradicional cantina da lua e de Ivan do PDT, pois não se conforma: "o mais negro dos estados brasileiros ter na assembleia legislativa e no Congresso Nacional, representações formadas só com políticos brancos".